

Balança em 31 de dezembro de 2020

(em euros)

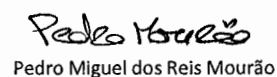
Rubrica	Notas	2020	2019
ATIVO			
Ativo não corrente		0,00	0,00
Ativos fixos tangíveis	6	244.976,44	249.081,24
Bens do património histórico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros	7	942,71	763,13
Fundadores/ beneméritos /patrocinadores/ doadores/ associados/ membros		0,00	0,00
Outros créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
Total ativo não corrente		245.919,15	249.844,37
Ativo corrente		0,00	0,00
Inventários		0,00	0,00
Créditos a receber	8	1.250,00	1.185,70
Estado e outros entes públicos		0,00	0,00
Fundadores/ beneméritos /patrocinadores/ doadores/ associados/ membros		0,00	0,00
Diferimentos	11	11.517,75	11.237,31
Outros ativos correntes	10	1.334,10	5.564,56
Caixa e depósitos bancários	5 - 12	80.875,94	80.247,43
Total ativo corrente		94.977,79	98.235,00
Total ativo		340.896,94	348.079,37
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais		0,00	0,00
Fundos		757,83	757,83
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		307.426,43	319.154,76
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-2.856,22	-11.728,33
Dividendos antecipados		0,00	0,00
Interesses que não controlam		0,00	0,00
Total fundos patrimoniais		305.328,04	308.184,26
Passivo		0,00	0,00
Passivo não corrente		0,00	0,00
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
Total passivo não corrente		0,00	0,00
Passivo corrente		0,00	0,00
Fornecedores	15	11.704,38	11.681,95
Estado e outros entes públicos	9	5.208,91	3.370,55
Fundadores/ beneméritos /patrocinadores/ doadores/ associados/ membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Diferimentos	11	928,00	156,00
Outros passivos correntes	16	17.727,61	24.686,61
Total passivo corrente		35.568,90	39.895,11
Total passivo		35.568,90	39.895,11
Total fundos patrimoniais e passivo		340.896,94	348.079,37

O Contabilista Certificado



José Marinheiro Leal

O Presidente da Direcção



Pedro Miguel dos Reis Mourão

Demonstração dos resultados por naturezas em 31 de dezembro de 2020

(em euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	2020	2019
Vendas e serviços prestados	17	48.782,56	53.802,14
Subsídios, doações e legados à exploração	18	188.430,46	202.259,45
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	19	-53.394,15	-57.467,35
Gastos com o pessoal	20	-152.576,08	-164.232,17
Ajustamento de inventários (perdas / reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos / reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos / reduções)		0,00	0,00
Outras imparidas (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos / reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	21	4.493,28	10.464,40
Outros gastos	22	-30.103,50	-48.670,05
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		5.632,57	-3.843,58
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	23	-8.488,79	-7.884,75
Resultado operacional (antes de gastos de financiamentos e impostos)		-2.856,22	-11.728,33
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		-2.856,22	-11.728,33
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-2.856,22	-11.728,33

O Contabilista Certificado

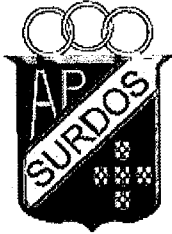


José Marinheiro Leal

O Presidente da Direcção



Pedro Miguel dos Reis Mourão



ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE SURDOS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

1 Nota introdutória

A Associação Portuguesa de Surdos foi fundada em 24/09/1958, tem a sua sede na Rua Professor Orlando Ribeiro, 5-B, 1600-796 LISBOA e tem o NIPC 500950253.

É uma instituição particular de solidariedade social que tem por objetivo as seguintes atividades:

- 1) – Representação da comunidade surda juntos de organismos públicos;
- 2) - Apoio aos sócios para a prática de atividades desportivas;
- 3) – Apoio aos sócios seniores na ocupação de tempos livres e na organização de atividades de convívio;
- 4) – Apoio a sócios, através de programas de promoção de desenvolvimento cultural e social.

2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) *Referencial contabilístico*

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da entidade e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística, regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei 98/2015 de 2 de Junho - Transpõe a Diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, relativa às demonstrações financeiras anuais, às demonstrações financeiras consolidadas e aos relatórios conexos de certas formas de empresas.

- Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 09 de Março (Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativo);

- Portaria 218/2015 de 23/07 – Códigos de contas a adotar pelas ESNL.

- Portaria 220/2015 de 24/07 – Modelos de demonstrações financeiras aplicáveis às ESNL.

A entidade adotou a NCRF-ESNL pela primeira vez em 2011, desta forma a entidade preparou o balanço de abertura a 1 de Janeiro de 2011 aplicando para o efeito as disposições previstas na NCRF-ESNL. As demonstrações financeiras de 2010, preparadas e aprovadas de acordo com o anterior referencial contabilístico, foram alteradas, de modo a que sejam comparáveis com as demonstrações financeiras de 2011

b) *Pressuposto da continuidade*

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

c) *Regime do acréscimo*

A Entidade regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "Outras contas a receber", "Outras contas a pagar" e "Diferimentos".



ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE SURDOS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

d) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

e) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

f) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

g) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

h) Derrogação das disposições do SNC

Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e dos resultados da entidade.

3 Principais políticas contabilísticas

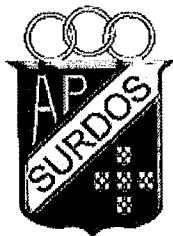
As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Entidade são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalecentes à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração dos resultados nas rubricas "Juros e rendimentos similares obtidos" e "Juros e gastos similares suportados", se relacionados com empréstimos ou em "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", para todos os outros saldos e transações.



ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE SURDOS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

b) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

- Edifícios e outras construções	- 50 anos
- Equipamento básico	- 2 a 10 anos
- Equipamento de transporte	- 4 anos
- Equipamento administrativo	- 2 a 8 anos

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", consoante se trate de mais ou menos valias.

c) Imposto sobre o rendimento

A Entidade está isenta do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC).

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000 inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2015 a 2019 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

d) Inventários

No final do período que terminou em 31 de Dezembro de 2020 a Entidade não possuía quaisquer bens em inventário.

e) Clientes/Utentes e outros valores a receber

As contas de "Clientes/Utentes" e "Outras contas a receber" não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas na demonstração de resultados na rubrica "Imparidades de dívidas a receber", para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.



ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE SURDOS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

f) Caixa, depósitos bancários e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui Caixa, Depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "Passivo corrente".

g) Provisões

A Entidade analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação, não tendo reconhecido existência de contingências que pudessem conduzir à criação de Provisões.

h) Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal que é substancial equivalente ao seu justo valor.

i) Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Entidade tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

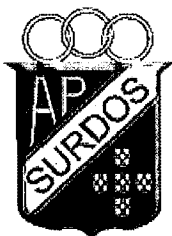
j) Locações

Os contratos de locação são classificados ou como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas acima, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.



ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE SURDOS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

k) Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pelas vendas e pelas prestações de serviços decorrentes da atividade normal da Entidade. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Entidade reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Entidade obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Entidade baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data das vendas ou das prestações dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

l) Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

4 Alterações de políticas e de estimativas contabilísticas e erros

Não foram adotadas quaisquer normas ou interpretações novas ou revistas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não ocorreram quaisquer alterações voluntárias de outras políticas contabilísticas, nem se verificaram alterações em estimativas contabilísticas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Entidade não ajustou as suas demonstrações financeiras por quaisquer correções de erros materiais de exercícios anteriores.

5 Fluxos de caixa

Os componentes de caixa e seus equivalentes, no final do exercício de 2020 e no final do exercício transato, eram, conforme relevado na Demonstração dos Fluxos de Caixa, os seguintes:

	31-Dez-20	31-Dez-19
Numerário	5.209	4.880
Depósitos bancários	75.667	75.367
Instrumentos financeiros	-	-
Caixa e seus equivalentes	80.876	80.247



ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE SURDOS

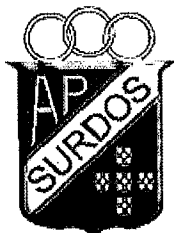
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

6 Ativos fixos tangíveis

O movimento ocorrido nos Ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações, nos exercícios de 2020 e de 2019 foi o seguinte:

	31 de Dezembro de 2019					Saldo em 31-Dez-18
	Saldo em 01-Jan-18	Aquisições/ /Dotações	Abates	Transferênc.	Revaloriz.	
Custo:						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	251 873	-	-	-	-	251 873
Equipamento básico	52 276	1 385	-	-	-	53 661
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	15 651	-	-	-	-	15 651
Outros activos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-
Investimentos em curso	7 380	-	-	-	-	7 380
	327 180	1 385	-	-	-	328 565
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	18 890	3 778	-	-	-	22 669
Equipamento básico	39 639	3 341	-	-	-	42 980
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	13 070	766	-	-	-	13 836
Outros activos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-
	71 600	7 885	-	-	-	79 484
31 de Dezembro de 2020						
	Saldo em 01-Jan-20	Aquisições/ /Dotações	Abates	Transferênc.	Revaloriz.	Saldo em 31-Dez-20
Custo:						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	251.873	-	-	-	-	251.873
Equipamento básico	53.661	3.560	-	-	-	57.222
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	15.651	824	-	-	-	16.475
Outros ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-
Investimentos em curso	7.380	-	-	-	-	7.380
	328.565	4.384	-	-	-	332.949
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	22.669	3.778	-	-	-	26.447
Equipamento básico	42.980	3.996	-	-	-	46.975
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	13.836	715	-	-	-	14.551
Outros ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-
	79.484	8.489	-	-	-	87.973



ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE SURDOS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

7 Investimentos financeiros

No final dos períodos que terminaram em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 a rubrica "Ativos intangíveis" tinha a seguinte composição:

	31-Dez-20		31-Dez-19	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Outros investimentos financeiros-	-	-	-	-
- Fundo de compensação salarial	943	-	763	-
	943	-	763	-
		0		
	-	-	-	-
	943	-	763	-

8 Créditos a receber

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 a rubrica "Créditos a Receber" tinha a seguinte composição:

	31-Dez-20		31-Dez-19	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Cientes/Utentes conta corrente	-	1.250	-	1.186
Cientes/Utentes de cobrança duvidosa	-	-	-	-
	-	1.250	-	1.186
		0		
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
	-	1.250	-	1.186

9 Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	31-Dez-20	31-Dez-19
Activo		
Imposto sobre o rendimento	-	-
Retenção de impostos sobre rendimentos	-	-
Imposto sobre o valor acrescentado	-	-
Outros impostos	-	-
Contribuições para a Segurança Social	-	-
Tributos das autarquias locais	-	-
Outras tributações	-	-
	-	-
Passivo		
Imposto sobre o rendimento	-	-
Retenção de impostos sobre rendimentos	1.090	442
Imposto sobre o valor acrescentado	-	-
Outros impostos	-	-
Contribuições para a Segurança Social	4.056	2.904
Tributos das autarquias locais	-	-
Outras tributações	63	25
	5.209	3.371



ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE SURDOS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

10 Outros ativos correntes

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019, a rubrica "Outras contas a receber" tinha a seguinte composição:

	31-Dez-20		31-Dez-19	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	-	-	-
Sector Publico Administrativo-IGFSS	-	-	-	-
Sector Publico Administrativo-IEFP	-	892	-	524
Adiantamentos a fornecedores	-	442	-	4.417
Devedores diversos	-	-	-	624
Acréscimos de Proveitos	-	1.334	-	5.564
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
	-	1.334	-	5.564

11 Diferimentos

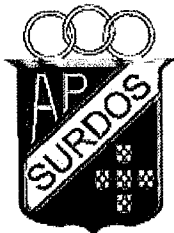
Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 os saldos da rubrica "Diferimentos" do activo e passivo foram como segue:

	31-Dez-20	31-Dez-19
Activo		
Seguros pagos antecipadamente	338	167
Rendas e alugueres, pagas antecipadamente	-	-
Gastos plurianuais a reconhecer-Obras	-	-
Gastos diversos a reconhecer	11.179	11.070
	11.518	11.237
Passivo		
...	-	-
Rendimentos diversos a reconhecer	928	156
	928	156

12 Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-Dez-20	31-Dez-19
Caixa	5.209	4.880
Depósitos à ordem	75.667	75.367
Depósitos a prazo	-	-
...	-	-
Outros	-	-
	80.876	80.247



ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE SURDOS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

13 Fundos

Em 31 de Dezembro de 2020 o fundo social da Entidade, totalmente realizado, era de 757,83 euros.

14 Resultados transitados

Por deliberação da Assembleia Geral que aprovou as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2019, foi decidido que o resultado líquido referente a esse exercício, no montante de 11.728,33 euros, negativo, fosse integralmente transferido para a rubrica de Resultados transitados.

15 Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte composição:

	31-Dez-20	31-Dez-19
Fornecedores conta corrente	11.704	11.682
Fornecedores conta títulos a pagar	-	-
Faturas em receção e conferência	-	-
Outros fornecedores	-	-
	11.704	11.682

16 Outros passivos correntes

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 a rubrica "Outras contas a pagar" não corrente e corrente tinha a seguinte composição:

	31-Dez-20		31-Dez-19	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Cientes conta corrente	-	-	-	-
...	-	-	-	-
Pessoal	-	825	-	-
Fornecedores de Imobilizado-c/corrente	-	-	-	-
Credores c/ Rend. Profissionais	-	-	-	-
Encargos c/ Férias a Liquidar	-	16.266	-	18.582
Sector Público Administrativo-IEFP	-	-	-	5.153
Outras contas a pagar	-	637	-	952
	-	17.728	-	24.687



ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE SURDOS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Alv
J. L.

17 Vendas e serviços prestados

A rubrica Vendas e prestações de serviços, nos períodos de 2020 e de 2019, foram como segue:

	31-Dez-20			31-Dez-19		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Quotizações e Joias	-	3.544	3.544	5.855	-	5.855
Prestações de serviços	-	45.239	45.239	47.947	-	47.947
	-	48.783	48.783	53.802	-	53.802

18 Subsídios, doações e legados à exploração

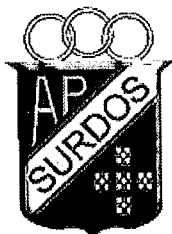
Nos períodos de 2020 e de 2019 a Entidade reconheceu rendimentos decorrentes dos seguintes subsídios:

	31-Dez-20	31-Dez-19
Centro Regional Seg. Social Lisboa	20.591	20.591
Inst. Emp. Formação Profissional	156.355	143.734
Federação Portuguesa Associações Surdos	4.500	4.500
Câmara Municipal de Lisboa	6.320	8.376
INR-Inst.Nacional para a Reabilitação	-	-
Outros subsídios e donativos	664	25.058
	188.430	202.259

19 Fornecimentos e serviços externos

A decomposição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019, foi a seguinte:

	31-Dez-20	31-Dez-19
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	36.507	36.217
Materiais	1.759	3.254
Energia e fluidos	3.362	4.536
Deslocações, estadas e transportes	7.030	10.025
Serviços diversos:		
Rendas e alugueres	214	173
Comunicação	2.394	2.407
Seguros	91	-
Royalties	1.058	59
Contencioso e notariado	-	-
Despesas de representação	79	140
...	-	-
Outros serviços	899	656
	53.394	57.467



ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE SURDOS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

20 Gastos com pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 foi a seguinte:

	31-Dez-20	31-Dez-19
Remunerações dos órgãos sociais	-	-
Remunerações do pessoal	111.720	112.330
Benefícios pós-emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre remunerações	23.995	23.359
Seguros	1.177	1.115
Gastos de ação social	3.558	10.539
Outros gastos com o pessoal	12.126	16.889
	152.576	164.232

O número médio de empregados da Entidade no exercício de 2020 foi de 8 e no exercício de 2019 de 8.

21 Outros rendimentos

Os outros rendimentos, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019, foram como segue:

	31-Dez-20	31-Dez-19
Rendimentos suplementares	3.704	10.301
Ganhos em ativos fixos tangíveis	-	-
Outros rendimentos e ganhos	-	-
-Correções relativas a exercícios anteriores	628	-
-Imputação de subsídios para investimentos	-	-
-Outros rendimentos não especificados	161	163
Subsídios para formação profissional – FSE	-	-
	4.493	10.464

22 Outros gastos

Os outros gastos, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019, foram como segue:

	31-Dez-20	31-Dez-19
Impostos	-	82
Outros gastos e perdas	-	-
-Correções relativas a exercícios anteriores	764	8.617
-Multas fiscais e não fiscais	-	-
-Quotizações	525	1.000
-Confraternização de associados e atividades desportivas	3.354	12.530
- Outros gastos e perdas não especificados	5	-
Custos com ações financiadas pelo FSE	25.456	26.441
	30.104	48.670



ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE SURDOS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

23 Gastos/Reversões de depreciação e de amortização

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019, os gastos com depreciações e amortizações apresentavam-se como segue:

	31-Dez-20			31-Dez-19		
	Gastos	Reversões	Total	Gastos	Reversões	Total
Propriedades de investimento	-	-	-	-	-	-
Ativos fixos tangíveis	8.489	-	8.489	7.885	-	7.885
Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
	8.489	-	8.489	7.885	-	7.885

24 Eventos subsequentes

O presente Relatório foi efetuado no contexto da epidemia causada pelo novo Coronavírus, doença designada por COVID-19. Não obstante a situação global, prevemos que o impacto negativo que possamos vir a ter não comprometerá muito significativamente a atividade futura da APS.

À data de elaboração do presente Relatório temos conhecimento que as ações de formação no âmbito do Projeto do IEFM MQPDI 08/AC-DL/2017 foram concluídas e não terão continuação porque o IEFM não abriu novas candidaturas. Assim, a Direção da APS viu-se obrigada a dispensar dois colaboradores e a reduzir a remuneração de três colaboradores para 70%, com a conseqüente redução do horário de trabalho.

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2020.

25 Informações exigidas por diplomas legais

A Direção informa que a Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no artigo 210.º do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, a Direção informa que a situação da entidade perante a segurança social se encontra regularizada.

O Contabilista Certificado:

José Marinheiro Leal

O Presidente da Direção:

Pedro Miguel dos Reis Mourão